

A QUESTÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

PLANO DA APRESENTAÇÃO

1 O SUPERENDIVIDAMENTO E O DIREITO COMPARADO

1.1 O CONCEITO DE SUPERENDIVIDAMENTO

1.2 ASPECTOS DAS SOLUÇÕES OFERECIDAS PELO DIREITO COMPARADO

2 A APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E A REFORMA LEGISLATIVA

2.1 O ESTUDO DE 40 CASOS JULGADOS PELO STJ

2.2 AS ALTERAÇÕES DO CDC



JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se insere nas linhas do Grupo CNPq "MERCOSUL e Direito do Consumidor". Busca-se analisar e compreender as relações de consumo face ao fenômeno de expansão do crédito no Brasil e da crescente necessidade de disposições no direito brasileiro que contemplem a questão do superendividamento. O corte que nos interessa é exatamente aquele relacionado ao consumidor, ou à pessoa-física, leiga de boa-fé, que se vê impossibilitado de saldar suas dívidas com o patrimônio e rendas de que dispõe.

Esta é uma temática atual e relevante, pois dela depende a salvaguarda do mínimo existencial e a proteção do consumidor em situações que podem levar à sua exclusão da sociedade de consumo. A pesquisa se compõe não somente de uma análise teórica, uma vez que já é exaustiva a discussão doutrinária, mas também de análise jurisprudencial, com vistas a identificar a aceitação e a aplicação da tese do superendividamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

CONCLUSÕES DA PESQUISA

1. A definição de superendividamento não é uniforme. Em uma análise de direito comparado, pode-se constatar conotações diferentes para o termo.
2. A França possui o modelo mais adequado à realidade brasileira para tratamento e prevenção de situações de superendividamento, devido à sua economia de endividamento e um nível mais alto de proteção ao consumidor.
3. Da análise de 40 casos da jurisprudência do STJ, conclui-se haver uma discussão mínima sobre o conceito de superendividamento, reconhecendo-se o mínimo existencial com base no princípio da dignidade da pessoa humana. Numerosas são as decisões que consignam o respeito a 30% do salário bruto percebido pelo devedor, no entanto, não é possível constatar uma análise global, uma vez que reduzida à esfera do endividamento frente a um credor e não à totalidade das dívidas.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- AHRENS, Martin. Eckpunkte des Bundesjustizministeriums zur Reform der Verbraucherinsolvenz. *NZI*, p. 425-32, 2011.
- BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz. Banco de Dados e Superendividamento do Consumidor. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 749-74.
- CARPENA, Heloísa; CAVALAZZI, Rosângela Lunardelli. Superendividamento: Proposta de um estudo empírico e perspectiva de regulação. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 671-702.
- CASADO. Os princípios fundamentais como ponto de partida para uma análise do sobreendividamento no Brasil. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 775-90.
- COSTA, Geraldo de Faria Martins da. *Superendividamento: A Proteção do Consumidor de Crédito em Direito Comparado Brasileiro e Francês*. São Paulo: RT, 2002.
- GAULIA, Cristina Tereza. As Diversas Possibilidades do Consumidor Superendividado no Plano Jurídico. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 593-622.
- HENNING, Kai. Der Ablauf eines Verbraucherinsolvenzverfahrens. *NJW*, p. 2942-44, 2009.
- LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. Crédito ao Consumidor e Superendividamento. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 737-47.
- MARQUES, Claudia Lima; LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Káren Danilevicz. Prevenção e Tratamento do Superendividamento. In: *Cadernos de Investigações Científicas – MJ*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ocsc/mirror/4f3c1fc62daa11969ab2cf9eb109d3a2/8.pdf>. Acesso em: 09 Set. 2011.
- _____. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 563-92.
- MERCOSUL. Declaração de Salvador Acerca do Tema Crédito e Superendividamento. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ocsc/mirror/880f9b424a80d53a353678b0a93a8377/1.pdf>. Acesso em: 09 Set. 2011.
- RAMSAY, Iain. Sociedade do Crédito ao Consumidor e a Falência Pessoal do Consumidor (Bankruptcy). In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 703-35.
- PAPE, Gerhard. Entwicklung des Verbraucherinsolvenzverfahrens im Jahre 2009. *NJW*, p. 2928-33, 2010.
- PAISANT, Gilles. El tratamiento del Sobreendeudamiento de los Consumidores em Derecho Francés. In: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor v. II*. São Paulo: RT, 2011. p. 623-70.
- UNIÃO EUROPEIA. Dossier Interinstitucional: 2002/0222 (COFD). Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ocsc/mirror/1b8fd0bb99686646fd4f7039ad2766fe/2.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2011.